

Entre memória e deslegitimação: discursos dispersos e articulados sobre o Feriado da Consciência Negra nas redes sociais

Between memory and delegitimization: dispersed and articulated discourses on the Black Consciousness Holiday on social media

Fabricio de Lima Goes.

Graduado em Letras pelo Instituto Federal de Alagoas (IFAL). Integrante do grupo de Estudos em Discurso e Ontologia (Gedon). Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-8985-2342>. E-mail: fabriciolgf@gmail.com.

Lídia Maria Marinho da

Pureza Ramires. Doutora em Linguística. Integrante do grupo de Estudos em Discurso e Ontologia (Gedon). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3456-4341>. E-mail: lidia.ramires@ichca.ufal.br.

Submetido em: 11/08/2025

Aceito em: 21/02/2026

Publicado: 31/03/2026

e-Location: 19990



ISSN: 2317-9945 (On-line)

ISSN: 0103-6858 (Impressa)

Fabricio de Lima Goes

Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura (PPGLL/UFAL), Brasil.

Lídia Maria Marinho da Pureza Ramires

Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura da UFAL (PPGLL/UFAL), Brasil.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar discursos dispersos e articulados que atualizam memórias discursivas e produzem sentidos que tensionam a legitimidade das lutas negras no Brasil. O gesto analítico se volta para uma postagem publicada no Instagram do **portal g1**, referente ao Dia da Consciência Negra, bem como para os comentários produzidos por internautas em interação com a materialidade analisada. O *corpus* foi constituído a partir de recorte discursivo (Orlandi, 1984), considerando sequências que evidenciam processos de deslegitimação e disputa de sentidos. Partimos da noção de que o discurso é atravessado pela ideologia e pelas condições de produção (Pêcheux, 2009; Orlandi, 2015), o que implica considerar tanto os processos históricos da escravidão e da resistência negra (Moura, 2021; Nascimento, 2007; Gomes, 2006; Freitas, 1982), quanto a colonialidade do saber (Quijano, 2005) que estrutura hierarquias epistêmicas. A análise ancora-se, ainda, no conceito de "circulação dos sentidos" (Orlandi, 2012), enfatizando os deslocamentos, reinscrições e reconfigurações produzidos nas dinâmicas discursivas. Assim, as análises apontam que tais comentários operam como estratégias discursivas de deslegitimação, inscritas em uma formação social atravessada pelo discurso colonizador, que se contrapõe a saberes históricos e insurgentes.

Palavras-chave: análise de discurso; ideologia; colonialidade; Consciência Negra.

Abstract

This work aims to analyze dispersed and articulated discourses that update discursive memories and produce meanings that challenge the legitimacy of Black struggles in Brazil. Based on an Instagram post by the news portal g1 about Black Consciousness Day, we start from the notion that discourse is permeated by ideology and the conditions of production (Pêcheux, 2009; Orlandi, 2015), which implies considering both the historical processes of slavery and Black resistance (Moura, 2021; Nascimento, 2007; Gomes, 2006; Freitas, 1982), as well as the coloniality of knowledge (Quijano, 2005) that structures epistemic hierarchies. The analyses indicate that such comments operate as discursive strategies of delegitimization, sustained by a social imaginary upheld by colonizing discourse, which opposes historical and insurgent knowledge.

Keywords: discourse analysis; ideology; coloniality; Black Consciousness.

INTRODUÇÃO

Nosso gesto de análise aponta inicialmente para uma postagem no Instagram do **portal g1** sobre notícias referentes ao Feriado do Dia da Consciência Negra, em 8 de novembro de 2023. Para tanto, tomamos o referencial teórico-metodológico da Análise de Discurso Materialista (Pêcheux, 2009); isto significa pensar como a linguagem produz sentido e (re)produz significação. O que exige, de certa forma, compreender a maneira como os sujeitos “acionam” a memória e o imaginário a partir de manifestações reais que se apresentam em comentários que não se constituem em manifestações isoladas e opiniões individuais, e sim na reprodução de categorias históricas do pensamento europeu sobre a escravidão, os indivíduos e a liberdade.

O recorte das materialidades considerou que as mídias sociais constituem espaços privilegiados de circulação, confronto e (des)estabilização de sentidos. O *corpus* deste estudo é composto por uma postagem de conteúdo jornalístico publicada pelo **portal g1** no Instagram e por comentários de internautas produzidos em interação com essa publicação. Metodologicamente, tomamos o recorte correspondente ao gesto analítico, selecionando sequências discursivas pertinentes ao problema de pesquisa proposto (Orlandi, 1984).

Diante desse aporte teórico, objetivamos analisar discursivamente (Pêcheux, 2009a; Orlandi, 2015) uma postagem de conteúdo jornalístico e comentários de internautas sobre a data que celebra o Dia da Consciência Negra, a partir da morte de Zumbi dos Palmares¹. Por meio dessa perspectiva, articulamos as pesquisas de Clóvis Moura (2021), Beatriz Nascimento (2007), Flávio Gomes (2006) e Décio Freitas (1982), que questionam a historiografia colonizadora sobre os quilombos, especialmente o do Palmares, apresentando-os como territórios insurgentes e de reinvenção social.

Assim, tomamos as noções de **discursos dispersos e articulados** na mídia jornalística, ou seja, “[...] dizeres que circulam na sociedade, aparentemente aleatórios, mas que estão sempre imbricados em seus processos históricos” (Silva Sobrinho; Ramires, 2022, p. 162), para analisarmos os discursos sobre a data instituída Feriado Nacional, apenas em 21 de dezembro de 2023 (Lei nº 14.759/2023). A data configura um importante ponto de exaltação da cultura africana no Brasil desde 2011², além de ser um símbolo de resistência e de combate ao racismo. Nesse sentido, uma questão nos parece intrigante: por que foram necessários 328 anos da morte do líder dos Palmares, ocorrida em 1695, para que este dia chegasse a ser reconhecido?

Contribuindo com esse panorama, alguns estados e municípios brasileiros, dentre eles o estado de Alagoas³, promulgaram leis que reconheceram e tornaram o dia feriado antecipadamente. Sendo assim, é recorrente que alguns portais de notícias, impressos e/ou digitais, divulguem a proximidade do feriado, como parte do agendamento midiático⁴. A partir da publicação, em interação com a postagem

¹ Zumbi (1655-1695) foi líder do Quilombo dos Palmares, formação sociopolítica localizada na região hoje correspondente ao estado de Alagoas, no Nordeste do Brasil, durante o período colonial. Palmares constituiu uma experiência histórica de organização social e política autônoma. Após sucessivas investidas militares contra Palmares, que culminaram em um violento processo de repressão e massacre de suas comunidades, Zumbi foi capturado e morto pelas forças coloniais (bandeirantes) em 1695, tornando-se posteriormente referência simbólica e política nos debates sobre escravização, memória e luta antirracista.

² A Lei nº 12.519/2011 visou “reconhecer e homenagear a luta e a resistência do povo negro contra a escravidão e o racismo, além de promover a reflexão sobre a importância da igualdade racial”.

³ Lei nº 5.724 de 1/8/1995.

⁴ A teoria do agenda setting postula que a agenda pública é influenciada pelos meios de comunicação ao determinarem quais temas são relevantes no debate social. Assim, na chegada de um feriado nacional (com o da Consciência Negra), o destaque jornalístico — em manchetes, reportagens ou postagens — contribui para situar o fato como pauta de interesse social, moldando a percepção de sua importância (McCombs; Shaw, 1972; Traquina, 2005).

publicada no Instagram, surgem diversos comentários, ora a favor, ora contrários à data e ao seu reconhecimento.

Figura 1 – Postagem Instagram



Curtido por **valentina.diass** e outras pessoas

portalg1 Tem feriado por aí? - O Dia da Consciência Negra, que neste ano é comemorado em uma segunda-feira, 20 de novembro, não é um feriado nacional.

A data só é um dia de folga dependendo de decisões dos governos municipais e estaduais. Neste ano, seis estados têm feriado na data por lei estadual - #Alagoas, #Amazonas, #Amapá, #MatoGrosso, #RioDeJaneiro e #SãoPaulo.

Além disso, em pelo menos, 1.260 cidades também têm o recesso, segundo a Fundação Cultural Palmares.

A data de 20 de novembro faz referência ao dia da morte de Zumbi dos Palmares, em 1695. Ele comandou a resistência de milhares de negros contra a escravidão no Quilombo dos Palmares, localizado na Serra da Barriga, em Alagoas.

Saiba mais em g1.com.br

#g1 #ConsciênciaNegra #ZumbidosPalmares

Fonte: portalg1 (2023).

Para compreendermos essas contradições, faz-se necessário retomar memórias, refletir sobre a formação social brasileira, a produção e a reprodução de sentidos, e, assim, analisar os discursos em sua formulação e circulação, ao tocar em imaginários e fazer referência ao funcionamento da ideologia e ao confronto com o real sócio-histórico.

A ANÁLISE DE DISCURSO E O DISCURSO NA MÍDIA

Se a Análise de Discurso (AD) é tomada como uma disciplina de entremeio (Orlandi, 2020), isto significa que estamos trabalhando em um espaço que trata os

efeitos de sentidos não apenas como interpretação – transmissão ou meio de ligação entre dois pontos, como se estivéssemos apenas direcionando nosso olhar para o transmissor, o receptor ou o referente –, como também um “sistema” que se (re)configura e se atualiza continuamente.

Nesta compreensão, investe-se no modo de refletir constantemente sobre a noção de sentido não unívoco, estabelecendo um elo entre a historicidade e a linguagem que põe o sujeito como centro do dizer – “[...] isto é, seu caráter ao mesmo tempo formal e atravessado pelo social, pela história e, conseqüentemente, pela ideologia” (Florêncio et al, 2016, p. 23). Por esta razão, quando abordamos o sujeito na Teoria do Discurso, tratamos das posições-sujeitos projetadas no discurso.

Desse modo, determinados posicionamentos discursivos dos sujeitos na ordem da língua, realizados a partir do caráter intrínseco e contraditório das manifestações da linguagem, compõem um dos elos que a AD vai tomar como posições-sujeitos, assumindo responsabilidade pelo que diz e não diz sobre si e sobre o outro. Por conseguinte, chegamos à noção de sujeito para a AD. Segundo Campos e Alquati, (2020, p. 283), “Não é empírico, não é biológico, nem sociológico, não é homem, não é mulher, não é homo, trans, bi, cis, não é gênero”. Trata-se, nesse caso, de projeções no discurso que abrem margem para a interpretação – o sujeito é sempre ideológico.

Nesse entrelaçamento entre sujeito e história é necessário destacar que, “Para que a língua faça sentido é preciso compreender que a história intervenha. E com ela o equívoco, a ambigüidade, a opacidade, a espessura material do significante” (Orlandi, 2020, p. 69). Assim, ao direcionarmos nossas reflexões para o discurso que circula na mídia, estamos dizendo que:

A mídia jornalística atua de modo determinante na subjetivação da sociedade, como espaço em que se materializam e circulam sentidos. Faz-se necessário, assim, que lancemos o olhar para as relações de poder que fundamentam as práticas e o funcionamento ideológico nos discursos que por ela circulam (Silva Sobrinho; Ramires, 2022, p. 150).

Neste espaço, compreende-se o refletir constante sobre os dizeres que circundam e são construídos a partir do olhar do sujeito leitor/telespectador como protagonista e da liberdade de interagir ou não com matérias jornalísticas. Ao publicar seu comentário, esse leitor se reconfigura e convida outros sujeitos leitores a fazer o

mesmo, abrindo espaço para críticas, ou, muitas vezes, tecendo comentários tendenciosos com vistas à obtenção de likes na mídia social sobre a qual nos atemos. “Um funcionamento linguístico que, nas transmissões midiáticas, “flutua”, como que levado pelo vento; mas capaz de, em seus efeitos de sentidos, anestésiar, asfixiar, produzir o invisível” (Dela-Silva; Carneiro, 2022, p. 4).

É nesse jogo de circulação, deslocamento e (des)estabilização de sentidos que se inscrevem os discursos sobre o negro no Brasil, cuja retomada das condições de produção revela que tais sentidos convocados não emergem isolados ou de modo contingente, mas que se constituem no interior de uma memória discursiva mais ampla.

DISCURSOS DISPERSOS E ARTICULADOS SOBRE O NEGRO NO BRASIL

Inevitavelmente, quando se trata de opiniões a respeito de pessoas negras e de direitos historicamente negados, prevalecem, muitas das vezes, o funcionamento discursivo racista, que, segundo Freyre (2003, p. 114), é o “Resultado da ação persistente desse sadismo, de conquistador sobre conquistado, de senhor sobre escravo, parece-nos o fato ligado naturalmente à circunstância econômica da nossa formação [...]”. Estes acontecimentos nos remetem a eventos ocorridos no século XVII e à luta dos escravizados em tantos quilombos espalhados por terras brasileiras: **discursos dispersos e articulados** propagados desde a época da escravidão.

A partir desse mesmo entendimento, Orlandi (2015) aponta:

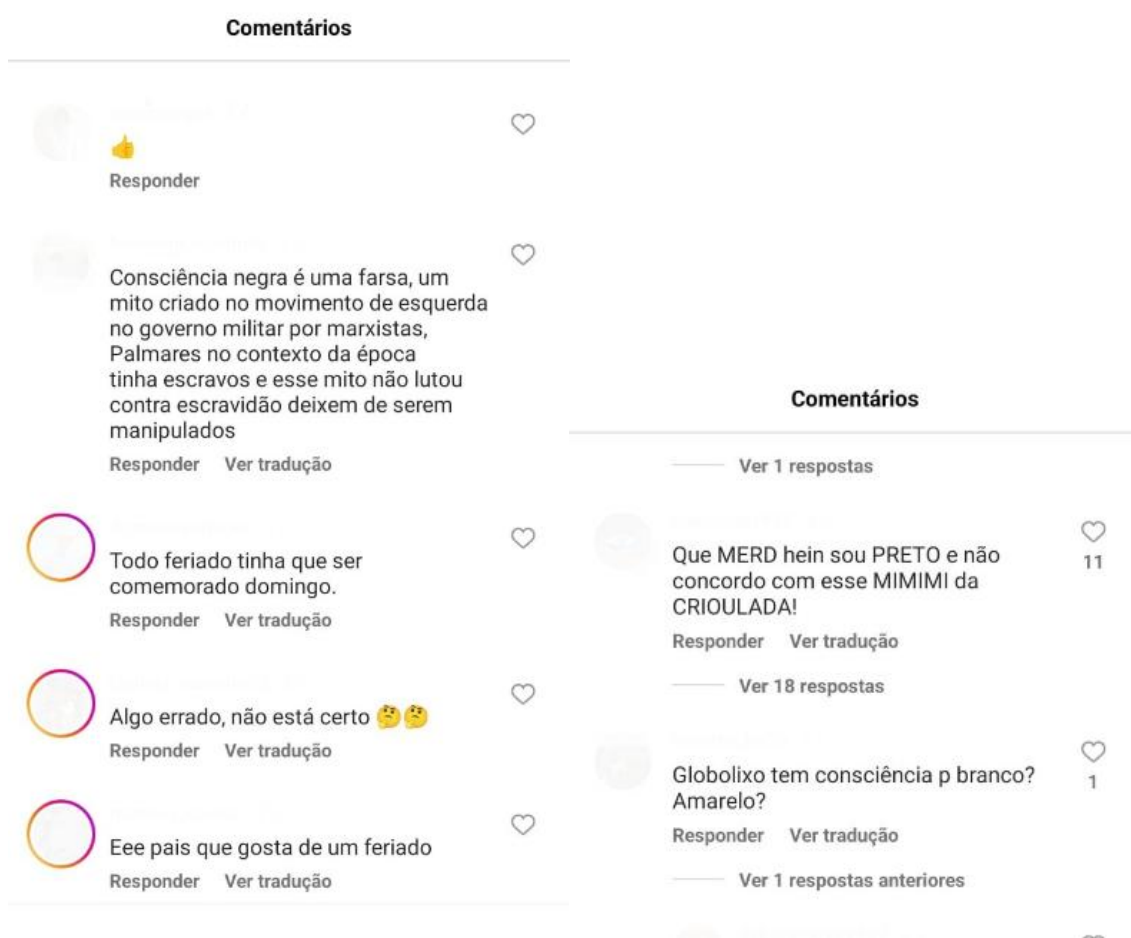
Além disso, ao invés de mensagem, o que propomos é justamente pensar aí o discurso. Desse modo, diremos que não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos, e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade (Orlandi, 2015, p. 19).

Assim, no proposto por Eni Orlandi, quando nos esclarece sobre a necessidade de pensarmos em mensagem além de mera transmissão de informação, ou seja, a pensarmos como algo que é afetado pela língua e pela história, trazemos algumas

seqüências discursivas que nos chamaram atenção: ideologia e linguagem manifestadas na língua, para nós – discurso.

As seqüências discursivas apresentadas a seguir foram transcritas integralmente e são comentários produzidos por alguns internautas a partir da matéria publicada no **portal g1**⁵ de notícias, na rede social Instagram, alguns dias antes do Dia da Consciência Negra do ano de 2023. As razões pelas quais elas foram escolhidas se justificam por se apresentarem como desfavoráveis aos direitos da população negra e também por propagarem desinformação sobre a data e por expressarem dizeres que reforçam o preconceito, notadamente o racismo.

Figuras 2 e 3 – Comentários Instagram



Fonte: portalg1 (2023).

⁵ Tem feriado por aí? Matéria publicada em 8 de novembro de 2023. Disponível em: https://www.instagram.com/portalg1/p/CzZPBr3RspC/?img_index=1.

Assim, para nosso gesto de análise, tomamos as seguintes sequências discursivas:

SD1 – Consciência negra é uma farsa, um mito criado no movimento de esquerda no governo militar por marxistas, Palmares no contexto da época tinha escravos e esse mito não lutou contra escravidão deixem de serem manipulados.

SD2 – Que MERD hein sou PRETO e não concordo com esse MIMIMI da CRIOLADA!

Citamos, na introdução desse artigo que, quando há opinião a respeito das questões sobre o direito e a luta de pessoas negras por um lugar social, inevitavelmente, o racismo estrutural ressurge, apesar de muitas vezes diferenciado e até mesmo propagado por pessoas negras. Segundo Silva (2020), o racismo estrutural é sustentado pela política de privilégios que mantém a classe dominante sempre no patamar da sociedade, e a classe subalterna sempre em segundo plano em relação à elite. Vejamos, nesse caso, atentamente, o que podemos extrair das SDs.

Cada fragmento abre espaço para interpretações e, portanto, abre margem para analisarmos discursivamente os modos de manutenção do racismo em diferentes apresentações.

É a partir da fala de Orlandi (2015), quando considera as condições de produção em sentido estrito “circunstâncias da enunciação”, e, em sentido amplo, “o contexto sócio-histórico, ideológico”, que teremos o nosso ponto de partida.

Em “Consciência negra é uma farsa”, apresentado na **SD1**, é possível realizar a análise a partir de duas ópticas. A primeira surge como um alerta sobre os direitos ainda não adquiridos e, em alguns casos, negligenciados também pelo poder legislativo. Mas acreditamos que o mais condizente aqui, dada a continuidade da materialidade, é apagar por completo a luta de classe e todas as vitórias até então já conquistadas. Amparados em Silva (2022),

Chama a nossa atenção o fato de que os órgãos de poder e os veículos de comunicação em massa ainda não dão a devida atenção para a situação [...]. Ignorar o racismo estrutural e a condição social [...] é tentar apagar a nossa história, as formas de luta e resistência diária para sobreviver em uma sociedade que prioriza a classe branca

dominante e não leva em consideração as necessidades daqueles que são subjugados (Silva, 2022, p. 17).

Estes princípios podem ser equiparados à classe trabalhadora, porque, para entendermos como funciona a relação entre empregado e empregador, entre o patrão e o empregado na atualidade, é necessário entender que, desde a época da escravidão, há exploração da força de trabalho e a subalternação de indivíduos. Novamente, trazemos Silva (2022, p. 25) para pensarmos o racismo como fundante da sociedade capitalista: “[...] é preciso entender, antes de tudo, que o racismo é um elemento central na estruturação da sociedade de classes brasileira, haja vista que o período de escravização dos povos africanos iniciou o modo de produção mercantilista do Brasil”.

Alinhados a essa perspectiva, Cavalcante e Machado (2017, p. 40) asseveram: “Para Lukács, a categoria fundante do ser social é o trabalho, não como forma de alienação, mas como meio de construção da humanidade do ser”. É no/pelo trabalho que o ser social adquire uma formação.

E para Karl Marx,

A história de toda a sociedade até nossos dias é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre e oficial, em suma opressores e oprimidos sempre estiveram em constante oposição; empenhados numa luta sem trégua, ora velada, ora aberta, luta que a cada etapa conduziu a uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou ao aniquilamento das duas classes em confronto (Marx, 2005, p. 40).

Notemos, por exemplo, que a **SD1** realiza uma segunda associação, a do Dia 20 de novembro ao movimento da esquerda. No contexto histórico do Brasil, o movimento político de esquerda desempenha um papel de lutas sociais a favor dos trabalhadores, porém, contraditoriamente, não encontramos evidências de que houve atuação de “marxistas” durante o governo militar. Muito pelo contrário, a perseguição durante a ditadura militar, ocorrida entre 1964-1985, impediu a atuação dessa classe, além, é claro, de uma retirada abrupta de direitos outrora adquiridos.

Logo, apoiamo-nos em Florêncio et al. (2016) para entendermos que

[as] condições amplas atuam no processo de constituição dos sentidos trazendo à memória a formação de uma sociedade capitalista subdesenvolvida que se fez, e ainda permanece, com suas instituições impregnadas pelo abuso de poder (...) (Florêncio et al., 2016, p. 68).

Portanto, quando estabelecemos que existe uma ligação muito próxima entre as sequências que apresentamos com as relações sociais em que estes discursos são produzidos, estas são, para nós, as condições de produção amplas: sócio-histórica e ideológica atuando como efeitos de sentido.

Assim, na contribuição de Michel Pêcheux,

Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço (Pêcheux, 2006, p. 56)

O atual governo do Brasil (desde 2023) se declara ligado à esquerda e exerce o seu primeiro ano de mandato, retornando à presidência pela terceira vez. Essa conquista é fruto de uma disputa muito acirrada em que muitas notícias falsas foram divulgadas e fez derrotar, por muito pouco, um governo de direita. Os resultados dessa divisão ainda são muito perceptíveis pelo fato de terem gerado consequências que interferiram no modo de vida social dos sujeitos – muitos amigos e familiares perderam a convivência, resultado dessa conjuntura, ou seja, existe um processo claro de polarização entre alguns brasileiros. De um lado, um país intolerante às culturas, religiosidades e que passa a negar os direitos aos povos originários, de outro, uma população que vai contra esse pensamento.

Encontramos também uma identificação muito próxima como a retomada de discursos já realizados que afeta a maneira como sujeitos se posicionam. Para Orlandi (2015), quando trabalhamos as Condições de Produção, não poderemos esquecer do conceito Memória Discursiva: “[...] chamamos de memória discursiva: o saber

discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (2015, p. 29). De tal modo que ela interfere na maneira como o sujeito se posiciona e sustenta seu dizer a partir de uma memória coletiva. É assim que na **SD1** identificamos, novamente, outro discurso intrigante: “Palmares no contexto da época tinha escravos e esse mito não lutou contra escravidão”.

O enunciado retoma outro que circula comumente na sociedade: “Zumbi tinha escravos”. Tal enunciado é convocado para deslegitimar Zumbi como líder do povo negro. Ao tomarmos os comentários sobre o feriado da Consciência Negra, o enunciado já não se apresenta como mera observação a respeito de um fato histórico, mas sim como “efeito de evidência” (Pêcheux, 2009b), inscrito em uma “memória discursiva” (Orlandi, 2015) produzida e sustentada pelo que Aníbal Quijano (2005) nomeia de “colonialidade do saber”. Essa formulação se ancora em formações discursivas que, ao estabelecerem relações de igualdade entre Palmares e o regime escravista colonial, fazem funcionar um apagamento da condição de quilombo como território de resistência.

A análise historiográfica faz uma crítica direta a esse sentido estabilizado. A partir do que Clóvis Moura (2021) aponta, Palmares figurou como uma estrutura de resistência e insurgência, na qual as relações de trabalho e de sociabilidade não reproduziam o sistema colonial e que, por isso, contrapunham-se a elas na organização em sistemas de cooperação para a sobrevivência coletiva. Para Beatriz Nascimento (2021), o quilombo foi espaço de invenção e liberdade, e que o uso indiscriminado do termo “escravo”, aplicado a suas dinâmicas internas, significa reinscrever categorias colonizadoras que não se aplicam ao funcionamento das relações então praticadas no quilombo. É com o que comunga Gomes (2006), ao acrescentar que há a falta de evidências documentais de que Palmares tenha mantido escravidão nos moldes coloniais, sendo fundamental, nesse sentido, a compreensão da complexidade das relações sociais no contexto dos conflitos estabelecidos contra as forças coloniais. Por fim, as pesquisas de Décio Freitas (1973) reforçam que as relações no quilombo carecem de interpretações à luz de sua condição de território insurgente, cuja

prioridade era a resistência e a garantia de sobrevivência frente ao permanente ataque e à repressão.

Para nós, na perspectiva da AD materialista, a circulação de tais enunciados revela como os sentidos são disputados e atualizados nas condições de produção contemporâneas, como esses discursos, aparentemente dispersos pela sociedade, se articulam e seguem funcionando como estratégia de deslegitimação da luta negra. A partir desse resgate histórico, encontramos os caminhos percorridos na reprodução desse discurso, e em que processo as “[...] condições materiais específicas em que o discurso foi produzido: numa sociedade constituída de contradições ideológicas que afetam os sujeitos em suas posições [...]” (Florêncio et al., 2016, p. 107). Consequentemente, é em Pêcheux que também encontramos uma grande contribuição sobre a ideologia quando este dialoga que

[...] evidencias que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o caráter material dos sentidos das palavras e dos enunciados (Pêcheux, 2009a, p. 150).

De tal modo que, ao alegar a “existência de escravos no quilombo”, na **SD1**, percebe-se uma tentativa de apagamento da história, amparada pela continuidade da sentença: “deixem de serem manipulados”, que apresenta marcas de uma contradição, mesmo que de forma conscienciosa. Nesse caso, há por trás algo mais forte, que vem pelas filiações, as quais são constituídas pela tomada de partido (Orlandi, 2015).

A partir dessa tomada de partido, abordamos como a AD, amparada na linguagem, utiliza pressupostos ideológicos para entender o posicionamento do sujeito, ora a favor, ora contrário aos discursos: “[...] é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso” (Orlandi, 2015, p. 48). Neste mesmo olhar poderemos analisar a **SD2**, “Que MERD hein sou PRETO e não concordo com esse MIMIMI da CRIOLADA!”.

Em “Que MERD hein, sou PRETO”, por exemplo, nota-se uma tentativa de apagamento, principalmente, quando este sujeito escolhe grafar em letras maiúsculas as duas palavras. Chama-nos atenção o uso da palavra pejorativa “MERD”, ao mesmo tempo em que se autorreconhece “PRETO”. Embora não exista um consenso coletivo,

a palavra “preto/a” tem sido utilizada com frequência na atualidade para designar sujeitos pretos, em substituição ao “negro/a” que, segundos estudiosos no assunto, denotam a forma pejorativa da cor da pele. Ou como explica Sodré sobre as especificidades da questão nacional,

[...] *o racismo brasileiro é epidérmico* [...] Aparência, desde a cor da pele até a roupa, é uma categoria que se constrói socialmente e que atribui poder social, conforme os quadros de referência instituídos (2023, p. 61, grifo do autor).

Mas, a partir de qual discurso apoia-se esse enunciador? Ainda para Sodré, “[...] o racismo brasileiro está genealogicamente próximo desta forma de vida [forma social escravista]: *é um fascismo da cor* (p. 153, grifo do autor).

Levando em conta esse excerto, apropriamo-nos também da explicação de Florêncio et al. (2016), quando traz que “Quando tratamos de discurso, o linguístico e o histórico são instâncias constitutivas do dizer do sujeito [...]” (2016, p. 107) para entendermos como ocorre esse processo de identificação do/no sujeito com o discurso dominante. Para tanto, mesmo que a sentença não fosse dada como continuada, como faremos adiante, a negação do sujeito já estaria posta, por realizar movimentos contraditórios com a história e com suas identificações ideológicas.

Esta identificação citada, aqui, traz a necessidade de falarmos da Formação Discursiva e do funcionamento do discurso da mídia jornalística. Para isso, retomar as condições de produção que historicamente constituíram esse campo de produção de sentidos se faz necessário.

A imprensa: em sua fase artesanal, era parte ativa do sistema escravagista, divulgando a compra e venda de cativos, notícias de fugas e informações de auxílio às capturas. Depois, da indiferença à escravidão, passou a acolher de modo titubeante o movimento abolicionista. Já na fase industrial, em plena república, pautou-se pela defesa da imigração europeia, implementando uma inconfessa política editorial de apagamento da cidadania negra tanto em suas páginas publicadas como no processo de produção jornalístico. Intelectuais coletivos das classes dirigentes, logotécnicos da reflexividade social desejada, os meios de comunicação configuravam verdadeiras usinas de negação representacional do homem negro (Sodré, 2023, p. 106).

Contudo, é trabalhado na AD que “[...] a formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito [...]” (Orlandi, 2015, p. 41) nas relações sociais, podendo, assim, prevalecer uma ou mais formações discursivas. É neste mesmo caminho que Pêcheux faz suas considerações sobre a questão:

Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em *sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)*: essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do *interdiscurso* (sob a sua dupla forma, descrita, mais acima, enquanto “pré-construído” e “efeito de sustentação”) que constituem, no discurso do sujeito, *os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito* (Pêcheux, 2009a, p. 150, grifos nossos).

Assim sendo, é a partir desse lugar de “identificação (do sujeito) com a formação discursiva”, como assevera Pêcheux, que a segunda parte da **SD2** pode ser colocada em questão: “não concordo com esse MIMIMI da CRIOULADA!. A utilização da expressão “MIMIMI” resgata um contexto negativo e de desprezo, assim como ocorre na primeira parte da sequência. Contudo, “MIMIMI” também faz alusão a um contexto atualizado – uma expressão muito utilizada na linguagem cibernética para minimizar reivindicações – paráfrase pejorativa de um sujeito insatisfeito com determinada situação.

Logo, em Pêcheux, descobrimos uma afirmação colaborativa:

A posição de trabalho que aqui evoco em referência à análise de discurso não supõe de forma alguma a possibilidade de algum cálculo dos deslocamentos de filiação e das condições de felicidade ou de infelicidade evenemenciais. Ela supõe somente que, através das descrições regulares de montagens discursivas, se possa detectar os momentos de interpretações enquanto *atos que surgem como tomadas de posição*, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados (Pêcheux, 2006, p. 57, grifo nosso).

Porém, os sentidos que mais reclamam mobilizações é o emprego da palavra “CRIOULADA”. A ênfase agregada na expressão, do mesmo modo como nas outras,

nos faz refletir sobre o lugar a partir dos quais tais sentidos são reclamados. Ou seja, partimos da premissa de que esse sujeito, mesmo sabendo e se identificando como “PRETO”, resolve, de um lugar social, aparentemente “dominante”, realizar essa declaração, já que o sentido atribuído à palavra em destaque é utilizado para designar pessoas de pele escura ou seus descendentes que nascem na América do Sul, endossando, portanto, uma visão estereotipada desses sujeitos. Trata-se, então, de um discurso contínuo e sustentado por outros dizeres. Como comenta Orlandi (2015, p. 30), “[...] o dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas”. Ou seja, o sentido na AD só é sentido quando se inscreve na história e podem ser revelados a partir de seus dispositivos teóricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Amparados no dispositivo analítico da AD, discutimos a linguagem empregada em diferentes discursos produzidos em uma rede social, em especial a partir de um resgate teórico da teoria do Discurso, em conjunto com a Linguística e com as relações e processos sócio-históricos. Sobre a importância de tal campo dos estudos discursivos, afirma Cavalcante (2015, p. 84): “[...] essa teoria nos fornece subsídios que nos permitem desvelar os discursos, visto que não se limita, apenas, a interpretar fatos na sua aparência fenomênica [...]”. Isso torna possível, portanto, o desvelamento de muitos discursos baseados em preconceitos. Porém atualizados, reverberados, buscando uma linguagem mais modalizada, mas não tão desvencilhadas da memória.

Amparados também por aspectos ideológicos, identificamos um sujeito que, por meio da língua, utiliza-se de pré-constituídos e de sua identificação dominante para apagar e calar a luta de classes de pessoas negras utilizando-se de equívocos e visões deturpadas. Para tanto, a aproximação entre AD e Comunicação nos mostra caminhos de resistência e denúncia necessárias para novas práticas em um campo que segue clamando por reflexões: a internet.

Falar de racismos e outras formas de discriminação no âmbito da comunicação supõe, portanto, redefinir o campo de investigação da área de tal maneira que todas as prioridades dessa esfera de pesquisa sejam reescaladas a partir da não realização do vínculo

questão/problema que vem fraturando o mundo contemporâneo e solicitando a emergência de uma nova política das mídias – ou de uma política das novas mídias (Borges, 2019, p. 34).

Ainda que uma lei mais rígida tenha sido promulgada no início do ano de 2023, prevendo um aumento da pena para os casos de racismo e injúria racial, atualmente, é por meio da internet que tais casos se propagam e encontram um terreno fértil com outros tantos apoiadores, sustentando e fazendo prevalecer opiniões de ódio. Portanto, é com esse olhar crítico, em relação à nossa história, que encontramos as raízes em que muitas dessas ideias continuam inalteradas.

REFERÊNCIAS

BORGES, R. Mídias, racismos e outras formas de destituição: elementos para o reposicionamento do campo da comunicação. In: BORGES, R. **Vozes negras em comunicação**: mídias, racismos e resistências. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p. 17-36.

CAMPOS, L. J.; ALQUATI, R. Sujeito. In: LEANDRO-FERREIRA, M. C. (org.). **Glossário de termos do discurso** [edição ampliada]. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

CAVALCANTE, M. S. A. O. Mobilidade do sujeito e dos sentidos no espaço político: processos de identificação/desidentificação. **Revista Conexão Letras**, [S. l.], v. 9, n. 12, 2015. DOI: 10.22456/2594-8962.55123. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/55123>. Acesso em: 21 out. 2023.

CAVALCANTE, M. S. A. O.; MACHADO, F. D. A ideologia em Lukács: contribuições para os estudos do discurso. In: CAVALCANTE, M. S. A. O. (org.). **Linguagem, discurso, ideologia**: a materialidade dos sentidos. Maceió: Edufal, 2017.

DELA-SILVA, S.; CARNEIRO, C. F. Dos discursos da/na mídia: um percurso com Michel Pêcheux. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 23, p. 1-16, 2023.

FREITAS, D. **Palmares**: a guerra dos escravos. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

FREYRE, G. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

FLORÊNCIO, A. et al. **Análise do discurso**: fundamentos e prática. Maceió: Edufal, 2016.

GOMES, F. S.. **Palmares**. Editora Contexto, 2015.

MARX, K. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2005.

MAGALHÃES, B. R.; CAVALCANTE, M. S. A. O. História, consciência e inconsciente: o sujeito na Análise do Discurso. **Leitura**, Maceió, AL, v. 2, n. 40, p. 131–144, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/7219>. Acesso em: 7 dez. 2023.

McCOMBS, M. E.; SHAW, D. L. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, v. 36, n. 2, p. 176-187, 1972.

MOURA, C. **Rebeliões da senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

NASCIMENTO, B. **Kilombo e memória comunitária**: um estudo de caso. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, n. 9, p. 227-237, 1982.

ORLANDI, E. Recortar ou segmentar? In: ORLANDI, E. **Linguística**: Questões e Controvérsias. Série Estudos. Uberaba: Faculdades Integradas de Uberaba, 1984. p. 09-26.

ORLANDI, E. P. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: Princípios e procedimentos. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, E. P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2020.

SILVA, C. E. **Discurso, ideologia e racismo**: sentidos conflitantes do/ sobre o empoderamento da estética da mulher negra. Orientador: Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho. 168. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2022.

SILVA SOBRINHO, H. F.; RAMIRES, L. Discursos dispersos e articulados: a região Nordeste e os sentidos de evidência reproduzidos na mídia. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 25, n. 50, p. 14–165, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8670802>. Acesso em: 28 set. 2024.

SILVA, K. S. A mão que afaga é a mesma que apedreja: Direito, imigração e a perpetuação do racismo estrutural no Brasil. **Revista Mbote**, Salvador, Bahia, v. 1, n. 1, p.020-041. jan./jun., 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/inde.../mbote/article/view/9381>. Acesso em: 26 dez. 2023.

SODRÉ, M. **O fascismo da cor**: uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis: Vozes, 2023.

WESTIN, R. **Negro continuará sendo oprimido enquanto o Brasil não se assumir racista, dizem especialistas**. Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/06/negro-continuara-sendo-oprimido-enquanto-o-brasil-nao-se-assumir-racista-dizem-especialistas>. Acesso em 11 jan. 2024.

PÊCHEUX, M.. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2009a.

PÊCHEUX, M. **Análise automática do discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2009b.

PÊCHEUX, M. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes Editores, 2006.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **Revista Internacional de Filosofia Iberoamericana y Teoría Social**, v. 1, n. 1, p. 117-142, 2005.

Tem feriado por aí? **Portal g1**, 8 nov. 2023. Disponível em: https://www.instagram.com/portalg1/p/CzZPBr3RspC/?img_index=1. Acesso em: 25 nov. 2023.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.